

## **AFONSO, Almino Álvares**

\*const. RN 1891; dep. fed. RN 1891-1893; sen. RN 1894-1899.

*Almino Álvares Afonso* nasceu no município de Martins, hoje Patu (RN), no dia 17 de abril de 1840, filho de Francisco Manuel Álvares Afonso e de Luísa Cândida Teles de Meneses.

Órfão de pai aos oito anos e de origem muito humilde, mudou-se com a família em 1853 para Catolé do Rocha (PB). Graças ao apoio de seu tio, José Torquato de Sá Cavalcanti, conseguiu cursar a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1871.

Em 1872 foi nomeado promotor público da comarca de Guariba (PB), de onde foi obrigado a seguir para o Ceará em 1874 por conta dos distúrbios que acompanharam o movimento do “quebra-quilos”. Chegando a Fortaleza, denunciou como causadores do movimento os atos do presidente da Paraíba, Silvino Carneiro da Cunha, acusando-o também de conivência com os crimes perpetrados na ocasião. No Ceará foi nomeado secretário da presidência da província e, depois, juiz municipal de Cascavel e Aquiraz, onde exerceu ainda as funções de comissário durante as secas de 1877 e 1879. Nesse período, viajou ao Rio de Janeiro para encontrar-se com o José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, de quem se teria tornado íntimo. Convidado então pelo próprio dom Pedro II para um encontro, recusou-se a conhecê-lo alegando não querer violar seus princípios políticos.

Em 1880 passou a exercer em Fortaleza o cargo de procurador fiscal dos Feitos da Fazenda Geral. Filiou-se nesse período ao grupo mais radical da Sociedade Cearense Libertadora, tornando-se redator do jornal *O Libertador* e advogado de vários abolicionistas processados por roubo de escravos. Participou da agitação e da organização do movimento antiescravista nas províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, do Piauí e do Maranhão. Foi um dos responsáveis diretos pelos movimentos e pelos resultados obtidos no Ceará e no Rio Grande do Norte, como a greve dos jangadeiros de 1881, provavelmente a primeira greve política do Brasil; a abolição da escravidão em vários municípios do Ceará e na capital, Fortaleza; a abolição da escravidão em Mossoró (RN) no ano de 1883; e a abolição da escravidão na

província do Ceará em 1884.

Em 1883 foi demitido do cargo de procurador fiscal pelo então presidente da província do Ceará, Domingos Antônio Raiol, por causa do discurso que proferiu durante o embarque do 15º Batalhão de Infantaria, transferido de Fortaleza para Belém do Pará por conta do envolvimento de seus membros com o movimento antiescravista. Esse episódio contribuiu diretamente para o acirramento do movimento antiescravista em todo o Brasil, dada sua repercussão à época, e serviu como justificativa para a conferência realizada no Rio de Janeiro, em que José do Patrocínio, perante cerca de duas mil pessoas, atacou fortemente João Lustosa da Cunha Paranaguá, o marquês de Paranaguá, então presidente do Conselho de Ministros.

Em 1884 partiu para o Amazonas, a fim de concluir trabalhos de advocacia deixados inconclusos por seu falecido irmão Deocleciano Álvares Afonso. Em Manaus, integrou-se à Comissão Central Abolicionista Amazonense e participou da instalação da Sociedade Libertadora 25 de Março e da campanha pela abolição, que levaram à abolição da escravidão na cidade e depois em toda a província no mesmo ano. Dinamizou também a campanha republicana fundando o jornal *Rio Branco*. Em 1887, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Manaus na legenda do Partido Conservador.

Em 1886 publicou *Os Rodrigues do Império*, panfleto em que criticava a vida dissoluta da Corte, apontando diretamente os desvios de Carlota Joaquina, de dom Pedro I, de dom Pedro II e do conde D'Eu, e acusando também a instituição monárquica de ser a causa do atraso brasileiro.

Em 1889, ainda no Império, candidatou-se a deputado geral pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Conservador, mas não foi eleito. Já na República, em 1890, elegeu-se deputado constituinte pelo Rio Grande do Norte na legenda Partido Republicano, tendo sido mais votado, inclusive, que os candidatos do partido ao Senado. Empossado na Constituinte em 15 de novembro de 1890, apresentou a emenda que assegurava a representação das minorias; a que garantia o casamento civil; e a que permitia a cada culto religioso manter cemitérios próprios e separados. Combateu o dispositivo constitucional que previa a anexação dos estados, bateu-se contra a subvenção aos cultos religiosos e a favor da liberdade total de imprensa.

Em 1892, tornou-se um dos principais defensores do governo Floriano Peixoto

(1891-1894), chegando mesmo a liderar no Amazonas a derrubada do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo. Ficou afastado do Congresso por quase um ano e recusou-se a receber os vencimentos daquele período.

Em 1893, como único parlamentar do Rio Grande do Norte envolvido na defesa do reconhecimento de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano e governador do Rio Grande do Norte (1892-1896), atacou duramente Prudente de Moraes, então presidente de São Paulo, acusando-o de iniciar a instalação de sua oligarquia naquele estado.

Em 1894, foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano por indicação direta de Pedro Velho e contra a vontade de Floriano Peixoto, que apoiava a indicação de Amaro Cavalcanti Soares de Brito. No Senado, combateu as tentativas de depor Pedro Velho. Tornou-se também um dos mais aguerridos oposicionistas do governo Prudente de Moraes (1894-1898), denunciando a violação da imunidade parlamentar durante o estado de sítio decretado após a tentativa de assassinato do presidente. Bateu-se pela necessidade de consulta ao Senado quando se dispusesse sobre questões de soberania nacional, e lutou pelo aumento do orçamento e dos efetivos militares. Combateu a redução do imposto sobre o sal estrangeiro, defendida pelo representante do Rio Grande do Sul José Gomes Pinheiro Machado, argumentando a favor do produto potiguar. Pesou em sua posição o fato de que responsabilizava diretamente o presidente Prudente de Moraes pela morte de seu filho, cadete da Escola Militar deportado para o Acre por indisciplina. Em 1899 regressou ao Ceará por conselho médico.

Ao longo da carreira dirigiu o jornal *O Libertador*, em Fortaleza, e foi redator dos periódicos *Abolicionista Amazonense* e *O Rio Branco*, em Manaus.

Faleceu na cidade de Fortaleza a 13 de fevereiro de 1899.

Era casado com Abigail de Sousa Martins, com quem teve cinco filhos.

Publicou *Uma nota sobre o quebra-quilos na Paraíba* (1875); e *Os Rodrigues do Império, ou caráter da única monarquia americana* (1886). A seu respeito foram publicadas as seguintes obras: *A abolição antes da Lei Áurea*, Almino Afonso, o abolicionista e republicano histórico (1972); *Almino Afonso: o poeta, outros depoimentos* (1993); *Poliantéia: Almino Afonso – tribuno da abolição* (1998).

*Renato Amado Peixoto*

FONTES:

AFFONSO, A. *Palavras*; CARDOSO, R. *Memórias; Estado do Amazonas*;  
MAIOR, A. *Quebra-quilos*; MEDEIROS, J. *Rio*; ONOFRE, M. *Abolição*;  
SOARES, A. *Diccionario*.